

## **MEMÓRIAS DAS LUTAS DE RESISTÊNCIA NA PARAÍBA AO GOLPE CIVIL-MILITAR**

### ***MEMORIES OF THE STRUGGLES OF RESISTANCE IN PARAÍBA TO CIVIL-MILITARY COUP***

DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; FREIRE, Rodrigo (org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania.** João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014. 344p.

---

Giuseppe Tosi

*Universidade Federal da Paraíba*

Trata-se de um livro coletivo de 344 páginas, que reúne 14 ensaios sobre a Ditadura Militar no Estado da Paraíba, escritos por professores e estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, e que integra a Coleção Transparência.

Este trabalho faz parte das inúmeras iniciativas editoriais que estão acontecendo em todo o Brasil, impulsionadas pela instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que surge a partir do eixo “Direito à memória e à verdade” do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), e pelas numerosas comissões dos Estados, das Universidades e da sociedade civil.

O aspecto mais original e inovador da coletânea diz respeito às informações, depoimentos e análises sobre a ditadura militar no Estado da Paraíba, contribuindo, assim, para compor o mosaico da reconstrução nacional que vem se realizando, em todo o País, para lembrar os 50 anos do golpe civil-militar de 1964.

Outro aspecto relevante é a abordagem interdisciplinar. O tema é abordado do ponto de vista da história, da educação, da música, da ciência política, da arquivologia, o que permite uma compreensão das várias facetas da ditadura civil-militar no Estado.

O livro é dividido em duas sessões: 1. Golpe civil-militar e resistência democrática, e 2. Acesso à informação, direitos humanos e cidadania. Para esta resenha, organizamos os ensaios ao redor de alguns eixos temáticos e de algumas questões.

#### **O Populismo entre Deus e o Diabo**

A esse tema são dedicados os ensaios dos historiadores da UFPB, Monique Cittadino – “Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo – e Paulo Giovanni

– “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação”, que analisam com riqueza de detalhes e informações a conjuntura política paraibana nos momentos que antecedem e imediatamente sucedem ao golpe militar, com seus protagonistas e suas ambiguidades.

Neles, aparece claramente o confronto político entre o projeto “nacional-desenvolvimentista” do Populismo ou Trabalhismo (como prefere chamá-lo Paulo Giovani), com o apoio de setores da esquerda socialista e comunista, e o projeto da elite rural latifundiária e oligárquica, apoiado por setores de classe média que encontraram o suporte ideológico no anticomunismo.

Chama atenção a trajetória do governador Pedro Gondim, que representa a tentativa de “equidistância” e de mediação do populismo entre a elite latifundiária e as forças da renovação. O Governador, após um inicial e aparentemente decidido apoio aos movimentos sociais no campo, representados sobretudo pelas Ligas Camponesas, se vê obrigado a recuar sob a pressão das forças que estavam preparando o golpe.

Fracassa assim a mediação populista e em lugar das reformas de base veio o golpe, que, como afirma Paulo Giovani (2014, p. 97), “Apesar da repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão da ordem”.

### **Comunismo e anticomunismo**

Nesta conjuntura, assume uma relevância fundamental o debate ideológico entre comunismo e anticomunismo retratado com muita competência e abundância de materiais pelos dois ensaios dedicados ao tema: o de Dimitri Sobreira sobre “O anticomunismo no jornal ‘A IMPRENSA’: Igreja Católica e Golpe Civil-Militar na Paraíba” e o de Rodrigo Freire de Carvalho e Silva sobre “O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre a democracia e o autoritarismo”.

Dimitri, mestrando em História, dedica um estudo muito detalhado ao anticomunismo tal como aparece na imprensa católica e ao papel que assumiu na legitimação do golpe por parte de amplos setores civis. O anticomunismo é definido como uma “cultura política” alimentada pela Igreja Católica que combatia “os males que provém do comunismo materialista, totalitário, algoz de todas as liberdades” (Lima, A Imprensa, 23 de junho de 1963 apud Sobreira, 2014, p. 39), como dizia o jornal porta-voz da Igreja.

O ensaio mostra a ambiguidade da postura da Igreja Católica, que tentava uma mediação alternativa tanto ao capitalismo como ao socialismo por meio da doutrina social. A reforma agrária, tão defendida pelas Ligas, não era condenada

por completo pela Igreja Católica, que criou sindicatos rurais de inspiração cristã. Mas a reforma agrária era vista na ótica da caridade cristã dos patrões para com os trabalhadores e não como reforma estrutural, e os sindicatos eram criados mais com uma função anticomunista do que para a defesa dos trabalhadores rurais. Por isso, a partir do momento em que as reformas se vinculam à “ameaça comunista interna e externa”, a Igreja e os jornais católicos passam a criticá-la. São essas ambiguidades que levam amplos setores da Igreja Católica da Paraíba (e do Brasil) a apoiar o golpe militar de 1964 e a promover, em vários municípios, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

O ensaio do cientista político Rodrigo Freire sobre ao papel político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) traz uma análise interessante a propósito da convergência das principais forças políticas progressistas na Paraíba nos anos 1950 e início dos anos 60, ou seja, “o movimento estudantil, o PCB e a Juventude Universitária Católica (JUC)” (Silva, 2014, p. 70), que participavam ativamente na Campanha de Educação Popular (CEPLAR), inspirada no método Paulo Freire. Uma aliança informal que foi duramente condenada pelas hierarquias eclesiásticas e pelos setores conservadores católicos. Mais uma possibilidade de uma política diferente que o golpe conseguiu reprimir.

O ensaio mostra como “o golpe civil-militar de 64 pegou os comunistas paraibanos de surpresa, pondo fim a toda esta atividade política e social ascendente e efervescente” (Silva, 2014, p. 72); mas enfatiza também a importância do PCB, mesmo colocado na ilegalidade, na articulação de um trabalho institucional e de um “trabalho de massa” na resistência à ditadura e na transição democrática.

### **Dois protagonistas: o movimento camponês e estudantil**

Às ligas camponesas, já tratada nos ensaios anteriores, é dedicado o estudo de Janicleide Martins de Moraes sobre “Prisão e Desaparecimento de Pedro Fazendeiro com o golpe civil-militar de 1964”, no qual, por intermédio de pesquisas documentais e depoimentos de familiares e companheiros de luta, é reconstruída a trajetória deste líder camponês pouco conhecido, mas que teve um papel de destaque ao lado de João Pedro e Elizabeth Teixeira.

Ao movimento estudantil são dedicados dois ensaios. Um de Érica Lins Ramos sobre “Campina Grande (1964-1968): um estudo sobre o movimento universitário campinense”, e o outro de Talita Hanna Cabral Nascimento, “Construindo a importância política: movimento estudantil em João Pessoa no contexto da redemocratização (1976-1979)”, em dois períodos distintos: nos primeiros anos do golpe militar até o AI-5 e no período de abertura, já no final dos anos setenta.

O ensaio de Érica, mestre em História, mostra a ousadia dos universitários campinenses, que tiveram a coragem de realizar queimas de bandeiras americanas, passeatas, greves desafiando os estreitos limites tolerados pela ditadura militar. Neste movimento se destaca uma vez mais a ambiguidade da Igreja Católica: “A maioria do clero, no imediato golpe civil-militar, defendeu a ação das forças armadas, com exceção de alguns membros do baixo clero” (Ramos, 2014, p. 152). Campina Grande realizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mas, no período imediatamente posterior, setores do clero apoiaram a luta dos estudantes, como no episódio da missa de sétimo dia para o estudante Edson Luiz e da escolha de dom Helder Câmara como paraninfo das turmas de Filosofia e Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste em 1966.

O ensaio de Talita, mestranda em História, é dedicado aos estudantes da UFPB na época da “transição lenta, gradual e segura” imposta pelos militares. A resistência do movimento estudantil universitário, neste período, se deu utilizando “a cultura como meio de burlar a repressão na tarefa de aglutinar os estudantes, trazendo-os cada vez mais no campo da consciência política” (Nascimento, 2014, p. 248), por meio de manifestações, ciclos de debates, cineclubes, divulgação de jornais de oposição, e outras atividades promovidas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), o que levou muitos estudantes a se engajarem nos partidos clandestinos de oposição à ditadura: Ação Popular, Liberdade e Luta (Libelu), Convergência Socialista, Partido Comunista do Brasil (PCdB), lutas nas quais se forjou a nova classe política dirigente que vai aparecer na transição democrática.

### **Educação popular e educação em direitos humanos**

Outro conjunto de ensaios é dedicado ao papel da educação popular nesse contexto. Trata-se do ensaio de Maria Elizete G. Carvalho, professora do Centro de Educação, e das mestrandas em Direitos Humanos da UFPB, Maria das Graças da Cruz Barbosa e Luciana Martins Teixeira dos Santos sobre “Memórias da ditadura militar: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) como referência (1967-1985)”; e do ensaio da jornalista e mestre em Direitos Humanos, Maria José Béchade, “A educação para a cidadania em direitos humanos como instrumento para uma democracia participativa”.

O primeiro ensaio põe em evidência a divergência entre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e os movimentos de educação popular da década de 1960, sobretudo no aspecto ideológico; pois, “enquanto o primeiro propunha o condicionamento do indivíduo para a manutenção do *status quo*, a educação como investimento, os movimentos propunham uma educação para a emancipação ou uma ‘educação como prática da liberdade’” (Carvalho; Barbosa; Santos, 2014, p. 185).

O segundo ensaio, por sua vez, mostra que, se o Mobral foi uma resposta do governo militar à educação libertadora de Paulo Freire, a educação em e para a cidadania e os direitos humanos das últimas décadas retomam idealmente a trajetória brutalmente interrompida pelo golpe, e assumem a herança da educação popular freiriana num novo contexto de democratização.

### **Memória histórica**

Três ensaios são dedicados ao tema do resgate da memória histórica; trata-se dos ensaios de Lúcia Guerra sobre “Ditadura Militar na Paraíba: documentos e memórias”, de Éder Dantas sobre “Memória, Democracia e Acesso à Informação”, e de Josemar Henrique de Melo sobre “Arquivo e democracia informacional”.

O ensaio da historiadora e coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), Lúcia Guerra, é dedicado ao acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) da Paraíba que está sob a guarda temporária do NCHD da UFPB. Para resgatar essas memórias, o NCDH promoveu o projeto *Compartilhando Memórias* que realizou 12 sessões e produziu 11 DVDs com depoimentos de estudantes secundaristas e universitários, professores, advogados, artistas e sindicalistas paraibanos cujas fichas se encontram no acervo. O ensaio resgata a trajetória de dois heroicos militantes paraibanos que foram presos e torturados na luta contra a ditadura, o estudante José Emilson Ribeiro da Silva e o marinheiro José Adeildo Ramos.

Os ensaios do mestre em Ciências Sociais, doutor em Educação e secretário da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Éder Dantas, e do professor de Arquivologia Josemar Henrique de Melo, são dedicados ao estudo da Lei Municipal de Arquivos e da Lei Municipal de Acesso à Informação da prefeitura de João Pessoa, que querem contribuir para a passagem da cultura do sigilo para a cultura da transparência e do acesso à informação; política que só recentemente recebeu um impulso no Brasil, após a criação das comissões da verdade.

Os autores enfatizam a importância da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Política Nacional de Dados Abertos que têm contribuído para colocar o Brasil como um dos países de vanguarda na temática; mas, ao mesmo tempo, lamentam que nem todos os acervos dos órgãos de repressão e inteligência foram encontrados, e denunciam que os seus detentores procuram retardar o acesso aos documentos. A falta de apoio aos Arquivos Públicos dificulta a construção da transparência, do espaço público, entendido como comum e visível por todos.

O livro traz também um ensaio original de Ruy Leitão sobre “A história contada pela música”, no qual são analisadas e comentadas algumas das principais músicas que serviram como forma de denúncia e resistência cultural à ditadura:

desde “A banda” de Chico Buarque, ao hino da juventude revolucionária do paraibano Vandré, “Prá não dizer que não falei das flores”, até “Alegría Alegria” de Gilberto Gil; de “Coração de Estudante” de Belchior, até “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”, a delicada canção que Roberto Carlos dedicou a Caetano Veloso no exílio londrino; de “Roda Viva” a “Cálice” de Chico Buarque e Gilberto Gil, sem esquecer “Apesar de Você”, o samba envolvente cantado nas passeatas. O ensaio quer demonstrar como a intelectualidade brasileira ligada à música não se curvou diante da intolerância dos militares, e as letras colocadas em melodias registraram um movimento cívico que contribuiu para o retorno à democracia.

Encerra a coletânea o ensaio do advogado Alexandre Guedes sobre “Os 50 Anos do Golpe Civil Militar de 1964 e a Efetivação dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambiental”, que promove um balanço geral do avanço dos direitos humanos durante o processo de transição e de democratização, 50 anos após o golpe.

O livro traz muitas informações novas para serem estudadas pelos pesquisadores e levanta uma série de questões relevantes para o debate historiográfico, e para a consolidação do Estado Democrático de Direito na atualidade.

Uma primeira constatação é que o golpe foi articulado, apoiado e legitimado por setores da sociedade civil na Paraíba e contou com a participação de membros da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD) e jornalistas. Para esta adesão ao golpe de setores da população civil, um papel fundamental foi exercido pela propaganda anticomunista alimentada pela Igreja Católica e difundida pela imprensa a ela ligada.

Mas a participação desses setores não se limitou ao apoio ideológico, houve uma interferência direta de grupos paramilitares a serviço do latifúndio, que atuaram conjuntamente com as forças de segurança do Estado para reprimir brutalmente os opositores, sobretudo os líderes das ligas camponesas.

O livro mostra, também, como se articulava em nível local o bloco histórico de forças sociais e políticas que, apesar do contexto internacional claramente desfavorável em plena guerra fria, haviam conseguido se aglutinar ao redor do projeto nacional desenvolvimentista do Governo de João Goulart. Mas mostra igualmente as fraquezas e debilidades deste grupo, deste projeto e suas divisões internas entre comunistas, populistas, julianistas.

Surge espontânea a constatação de que a história do Brasil (e da América Latina) poderia ter tido outra trajetória e outro desfecho se essas forças “progressistas” vinculadas ao nacional-desenvolvimentismo tivessem encontrado um acordo e uma estratégia mais efetiva de defesa do governo Goulart. Se pensarmos que o golpe brasileiro abriu as portas para as ditaduras dos outros países da América

Latina, temos que reconhecer a imensa responsabilidade que o Brasil teve (e continua tendo) na definição, para o bem e para o mal, dos rumos do subcontinente.

A grande questão, à qual os ensaios não pretendem dar uma resposta satisfatória, continua sendo por que e como foi possível que o golpe “tomasse de surpresa” as forças de esquerda da Paraíba e do Brasil: um golpe que se anunciava e que se impôs de maneira repentina, sem que fosse disparado um só tiro.

Finalmente, os ensaios mostram claramente que a pequena Paraíba estava, na época, em plena sintonia com os movimentos nacionais e, em certos aspectos, na sua vanguarda, se pensarmos no movimento camponês e estudantil, mas também no movimento operário que não foi aqui analisado (por exemplo, as tecelagens de Rio Tinto).

Com certeza este volume dará uma valiosa contribuição para a história local e nacional, para o entendimento das dinâmicas sociais e políticas que levaram ao golpe e à sua resistência, contribuindo, assim, para que esta página seja efetivamente uma página virada e para que o processo de democratização avance aprendendo a lição do passado contra toda tentativa de revisionismo ou, pior ainda, de volta do autoritarismo.

#### Referências

RAMOS, Érica Lins. Campina Grande (1964-1968): um estudo sobre o movimento universitário campinense. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; FREIRE, Rodrigo (org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014. p. 140-172.

Recebido em 15/09/2014

Aprovado em 30/09/2014